

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596.762
Preferenciais	0
Total	2.964.596.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	11.482.240	11.330.107
1.01	Ativo Circulante	5.395.429	6.017.764
1.01.01	Disponibilidades	54.493	56.554
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.540.458	1.206.875
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.090.000	964.997
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	486.725	278.145
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-36.267	-36.267
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.911.613	2.929.198
1.01.03.01	Carteira Própria	1.866.462	2.893.105
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	45.151	34.130
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	1.963
1.01.04	Relações Interfinanceiras	331.885	368.777
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	21.605	5.340
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	310.199	363.259
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	81	178
1.01.05	Relações Interdependências	1.065	2.055
1.01.06	Operações de Crédito	1.257.570	1.235.588
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	32.547	33.676
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.276.597	1.249.265
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-51.574	-47.353
1.01.08	Outros Créditos	296.459	217.264
1.01.08.01	Carteira de Cambio	26.974	28.013
1.01.08.02	Rendas a Receber	48.193	52.687
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	958	1.239
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	43.096	42.348
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	34.097	14.511
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	22.813	22.291
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	106.985	60.419
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	34	39
1.01.08.09	Diversos	24.360	9.282
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-11.057	-13.571
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	6	6
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.886	1.453
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.051	1.033
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-163	-163
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	998	583
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.848.193	5.065.445
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.777.043	3.061.250
1.02.02.01	Carteira Própria	3.763.559	3.048.243
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	13.484	13.007
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.261.688	1.135.695
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	465.216	469.356
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	822.651	690.074

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-26.179	-23.735
1.02.07	Outros Créditos	796.893	855.931
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	795.854	832.404
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	1.040	1.823
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	0	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	-1	-1
1.03	Ativo Permanente	238.618	246.898
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	122.429	125.693
1.03.02.01	Imóveis de Uso	47.958	47.421
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	149.615	150.151
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.045	48.045
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-123.189	-119.924
1.03.04	Intangível	115.922	120.938
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	182.664	183.596
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-66.742	-62.658
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	41.035	41.035
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-41.035	-41.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	11.482.240	11.330.107
2.01	Passivo Circulante	7.410.654	7.422.104
2.01.01	Depósitos	3.131.836	3.070.392
2.01.01.01	Depósitos à Vista	653.803	760.781
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	564.592	548.813
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	18.651	18.634
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.894.790	1.742.164
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	44.996	34.002
2.01.02.01	Carteira Própria	44.996	34.002
2.01.04	Relações Interfinanceiras	36.454	2.739
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	0	2.739
2.01.05	Relações Interdependências	4.896	2.623
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	4.875	2.539
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	21	84
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	35.268	32.247
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	35.268	32.247
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	91.724	92.993
2.01.07.01	Tesouro Nacional	35.058	36.793
2.01.07.02	BNDES	35.074	34.712
2.01.07.04	Finame	21.592	21.488
2.01.09	Outras Obrigações	4.065.480	4.187.108
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	27.910	543
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.531	204
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	66.191	65.014
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	67.342	43.328
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	3	4
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	3.290.895	3.488.328
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	69.482	67.751
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	365.834	333.727
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	74	884
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	51.825	58.871
2.01.09.11	Cheques Administrativos	28	7.582
2.01.09.12	Credores Diversos	30.059	30.433
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	94.295	90.428
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.443.399	2.283.009
2.02.01	Depósitos	261.342	168.186
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	261.342	168.186
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	447.403	428.648
2.02.07.01	Tesouro Nacional	9.624	9.537
2.02.07.02	BNDES	285.175	282.176
2.02.07.04	Finame	152.604	136.935
2.02.09	Outras Obrigações	1.734.654	1.686.175
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	9.291	10.238
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	110.485	94.253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.09.03	Passivos Atuariais	384.261	373.450
2.02.09.04	Diversas	1.230.617	1.208.234
2.05	Patrimônio Líquido	1.628.187	1.624.994
2.05.01	Capital Social Realizado	1.219.669	1.219.669
2.05.01.01	Capital	1.219.669	1.219.669
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	25.940	26.174
2.05.03.01	Ativos Próprios	25.940	26.174
2.05.04	Reservas de Lucro	899.872	899.872
2.05.04.01	Legal	92.708	92.708
2.05.04.02	Estatutária	807.164	807.164
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-529.094	-522.974
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.547	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	265.879	188.457
3.01.01	Operações de Crédito	83.255	61.697
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	182.187	126.760
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	146	0
3.01.04	Resultado das Aplicações Compulsórias	291	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-154.759	-129.514
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-52.226	-32.030
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-88.458	-67.270
3.02.03	Provisão Oper.Crédito e Outros Créditos	-14.075	-27.634
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	-2.580
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	111.120	58.943
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-42.786	-123.343
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	156.556	134.043
3.04.02	Despesas de Pessoal	-101.848	-105.860
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-57.006	-58.258
3.04.04	Despesas Tributárias	-20.217	-16.221
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	123.791	105.944
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-144.062	-182.991
3.05	Resultado Operacional	68.334	-64.400
3.06	Resultado Não Operacional	680	442
3.06.01	Receitas	728	466
3.06.02	Despesas	-48	-24
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	69.014	-63.958
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-59.701	-4.205
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	9.313	-68.163
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,00314	-0,02299

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	9.313	-67.420
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.118	-350.167
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-10.426	-582.763
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	389	389
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	3.919	232.950
4.02.04	Ajuste de Exercícios Anteriores	0	-743
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.195	-417.587

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-327.555	459.022
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.396	-271.940
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	9.313	-16.100
6.01.01.02	Ajustes resultado do período corrente - CVM 695	0	-52.063
6.01.01.04	Ajustes de Aval.Patrimonial - CVM 695	-4.776	-343.878
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	7.612	6.986
6.01.01.06	Provisão p/oper.crédito e outros créditos	14.088	27.641
6.01.01.07	Rendas de TVM disponíveis para venda	-122.020	-80.394
6.01.01.08	Rendas de TVM mantidos até o vencimento	-13.168	-7.767
6.01.01.09	Despesas com TVM disponíveis para venda	651	0
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-216	-44
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	56.682	117.963
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	81.272	75.903
6.01.01.15	Reversão de prov. p/ oper. crédito e outros créditos	-13	-7
6.01.01.16	Reversão de Outras provisões operacionais	-29	-180
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-356.951	730.962
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em TVM para negociação	-14.844	37.913
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-432	-428
6.01.02.03	(Aumento) em Aplicações Inter.Liquidez	-208.580	-29.626
6.01.02.04	Aumento em Rel. Interf.e Interd.	73.870	72.871
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	-162.064	230.431
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	-19.928	-216.046
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	154.600	148.711
6.01.02.08	(Redução) em Obrig.Empr. e Repasses	20.509	-62.169
6.01.02.09	Aumento em Captações no Merc.Aberto	10.994	46.506
6.01.02.10	(Redução)/Aumento em outras Obrigações	-211.076	502.799
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	450.496	-163.208
6.02.01	Redução/(Aumento) em TVM disponíveis p/ venda	437.645	-174.816
6.02.02	Redução em TVM mantidos até o vencimento	12.184	11.533
6.02.03	Inversões em Imobilizações de Uso	-271	-9
6.02.04	Alienação do Imobilizado de Uso	7	84
6.02.07	Aplicação no Intangível	-100	0
6.02.08	Baixa do Intangível	1.031	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	122.941	295.814
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.021.551	936.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.144.492	1.232.190

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.313	0	9.313
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.120	-6.120
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.344	-1.344
5.07.04	Ajustes de Aval.patrim.-Adoção Del.CVM 695/2012	0	0	0	0	0	-4.776	-4.776
5.12	Outros	0	0	-234	0	234	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-389	0	389	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Reserva de Reavaliação	0	0	155	0	-155	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	25.940	899.872	9.547	-529.094	1.628.187

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	29.759	765.780	0	12.702	2.030.163
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-743	-46.456	-47.199
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-33.754	1.982.964
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-67.420	0	-67.420
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-303.202	-303.202
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-5.780	-5.780
5.07.04	Ajustes de Aval. Patrim.- Adoção Del. CVM 695/2012	0	0	0	0	0	-297.422	-297.422
5.12	Outros	0	0	-234	0	234	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-389	0	389	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	155	0	-155	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	29.525	765.780	-67.929	-336.956	1.612.342

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	532.831	401.252
7.01.01	Intermediação Financeira	265.879	188.457
7.01.02	Prestação de Serviços	156.556	134.043
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.075	-27.634
7.01.04	Outras	124.471	106.386
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-140.684	-101.880
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-190.757	-231.672
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-8.130	-9.155
7.03.02	Serviços de Terceiros	-38.565	-39.526
7.03.04	Outros	-144.062	-182.991
7.04	Valor Adicionado Bruto	201.390	67.700
7.05	Retenções	-7.612	-6.986
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.612	-6.986
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	193.778	60.714
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.778	60.714
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	193.778	60.714
7.09.01	Pessoal	83.288	88.980
7.09.01.01	Remuneração Direta	62.587	72.083
7.09.01.02	Benefícios	15.237	12.262
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.464	4.635
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	98.478	37.306
7.09.02.01	Federais	96.184	35.404
7.09.02.02	Estaduais	7	4
7.09.02.03	Municipais	2.287	1.898
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.699	2.591
7.09.03.01	Aluguéis	2.699	2.591
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.313	-68.163
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.313	-68.163

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
1º TRIMESTRE DE 2014**Mensagem aos acionistas**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativas ao primeiro trimestre de 2014, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

A atuação do Banco da Amazônia para o desenvolvimento da Região

A atuação do Banco da Amazônia ao longo dos quase 72 anos de sua existência tem contribuído, de forma decisiva, para a consolidação do desenvolvimento regional sustentável. Em suas estratégias de ação, o Banco da Amazônia apóia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Na condição de agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco tem pautado sua atuação em alinhamento às atividades consideradas prioritárias no âmbito das ações governamentais, oportunizando a geração de renda e de novas ocupações para a mão de obra local e, ao mesmo tempo, contribuindo para a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Os financiamentos concedidos pelo Banco da Amazônia contemplam a todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da região Norte, sendo determinante para o atendimento creditício integral da Região. O projeto FNO Itinerante realiza seminários que são organizados e coordenados pelo Banco, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e contam com a participação efetiva do Sebrae, dos governos estaduais e municipais, além de representantes do setor produtivo e das entidades de classe.

Ações

No planejamento estratégico de 2014 está prevista a aplicação de R\$2,0 bilhões da carteira de fomento no segmento de agronegócio, com recursos do FNO, BNDES, recursos obrigatórios e poupança rural.

Neste segmento estão enquadradas operações de investimentos e custeios das atividades agrícolas e pecuárias, apresentando cenário de expansão do crédito e com destaque para a atividade de soja e pecuária de corte.

Além do crescimento de mais de 70% do volume aplicado em relação ao ano anterior, o trabalho engloba a estratégia de pulverização do crédito com atendimento em sua grande maioria aos produtores de menor porte.

Assim, destaca-se a nova metodologia de análise de limite de crédito para operações de custeio agrícola; custeio pecuário; aquisição de máquinas e equipamentos; recria e engorda; aquisição de veículos, possibilitando maior celeridade no tempo de resposta ao crédito e sem necessidade de elaboração de projetos.

Comentário do Desempenho



No 1º trimestre/2014, a aplicação de fomento no Agronegócio apresentou um crescimento de 68% em relação ao mesmo período de 2013, com total de R\$223 milhões e estoque de R\$280 milhões de limite de crédito disponível.

- **Programa Supera Mais – mais clientes, mais negócios, mais resultados**
“Você faz. Os resultados aparecem”

O programa foi criado em 2013. Para o ano em curso o “Supera Mais” passou por ajustes com intuito de melhorias e aperfeiçoamentos. Assim, passou de 7 para 15 indicadores, com a seguinte composição:

- ✓ subprograma “Mais Clientes” – a inserção de perspectiva que vincule a necessidade estratégica do Banco em expandir a base de clientes, inclui 3 indicadores: Clientes Negociais, Novos Clientes e Limite de Crédito;
- ✓ subprograma “Mais resultados” - houve a ampliação do foco trazendo além do resultado gerencial, receita com tarifas de serviços, receitas de pacotes de tarifas, recuperação de crédito e índice de cobertura da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD);
- ✓ Subprograma “Mais Negócios” – que compreende crédito comercial, fomento contratação global, fomento contratação de operações de pessoas físicas (PF), fomento contratação de micro e pequenas empresas (MPE) e fomento liberação

As alterações foram realizadas com os seguintes objetivos:

- ✓ Dar maior aderência do Supera Mais com o Acordo de Trabalho;
- ✓ Evitar a volatilidade na execução das metas, garantindo maior perenidade aos resultados;
- ✓ Alinhamento do Supera Mais com indicadores relevantes da definição da participação nos lucros e resultados (PLR);
- ✓ Majoração do peso ao resultado gerencial, controle da PCLD e fomento contratado;
- ✓ Maior similaridade do Programa Supera Mais aos objetivos estratégicos das fontes de recursos de financiamento;
- ✓ Direcionamento de maior esforço aos negócios e ao resultado, com ênfase no crescimento da base de clientes.

As principais alterações em relação a 2013 foram, além da elevação do número de indicadores e da criação da perspectiva clientes, as seguintes:

- ✓ Alteração na Régua de Pontuação que variava de 65% a 120% para a régua do Acordo que varia de 80% a 110%;
- ✓ Alteração na pontuação trazendo similaridade com o Acordo, assim a pontuação mínima será de 100 pontos e a máxima de 600 pontos;
- ✓ Aplicação de Bônus com similaridade ao Acordo;
- ✓ Alteração de peso de perspectiva e criação de novos indicadores para dar maior aderência ao Acordo e aos indicadores da PLR;
- ✓ Adequação dos critérios mínimos de classificação face nova régua.

Comentário do Desempenho



No 1º trimestre/2014, houve um resultado relevante com melhoria nos principais indicadores em relação ao mesmo período de 2013, tais como:

- ✓ Fomento Contratação crescimento de 92% atingindo R\$883,0 milhões;
- ✓ Fomento Liberação que avançou 57% em relação ao mesmo trimestre 2013 fechando com R\$1,2 bilhão;
- ✓ Receita de tarifas que evolui em 24% alcançando R\$34 milhões no período, sendo R\$6,6 milhões superior ao mesmo período 2013;
- ✓ Em Micro e Pequena Empresa houve crescimento de 36% e no PRONAF 16%;
- ✓ A Captação de Recursos elevou em 25% alcançando os R\$3,1 bilhões, avanço de R\$631,0 milhões em relação ao 1º trimestre 2013.

O Programa SUPERA MAIS é o alicerce para a definição dos reconhecimentos às unidades com melhor desempenho, tanto que serão recompensadas através da premiação dos “Melhores da Amazônia” na categoria “Ouro” em 2014.

- **Programa de Idéias Inovadoras (PIN)**
“O PIN estimula empregados”

O Banco da Amazônia, através de sua Gerência de Estratégia e Organização, está estruturando o Programa de Idéias Inovadoras (PIN) que tem por finalidade estimular a geração de ideias, buscando maior envolvimento, comprometimento, proporcionando benefícios e reconhecimento profissional e pessoal empregados, criando uma cultura organizacional inovadora.

- **Novo modelo de gestão de pessoas**
“Integrar o modelo de gestão de pessoas às metas estratégicas da organização”

Para o perfeito desenvolvimento dos projetos, torna-se necessário o alinhamento dos objetivos e a força de trabalho que fará a implementação e execução deles.

Assim, considerando a importância do assunto para o futuro do Banco, está sendo implementada, através de processo licitatório, a contratação de consultoria para construção de nova política de gestão de pessoas, bem como a nova estrutura para os processos e subsistemas de recursos humanos (RH).

Desempenho – carteira de crédito de fomento

Alinhado com o “Supera Mais, no 1º trimestre/2014, a meta de aplicação do crédito de fomento foi ultrapassada em 201%, comparado ao igual período anterior, conforme demonstrado. As contratações de operações de crédito com recursos do FNO cresceram em 193,3%, evidenciando aumento em R\$526,9 milhões.

Comentário do Desempenho



CRÉDITO DE FOMENTO CONTRATADO				
FONTES	CONTRATADO ATÉ MARÇO 2013 (Em R\$ mil)	CONTRATADO ATÉ MARÇO 2014 (Em R\$ mil)	VARIAÇÃO %	VARIAÇÃO (Em R\$ mil)
FNO	272.655	799.564	193,25	526.909
BNDES	2.429	45.024	1753,74	42.595
OGU	3	1.018	0,00	1.015
ROB	7.530	22.959	204,89	15.429
CPR	10.745	14.480	34,77	3.736
Total	293.361	883.044	201,01	589.683

CRÉDITO DE FOMENTO LIBERADO				
FONTES	LIBERADO ATÉ MARÇO 2013 (Em R\$ mil)	LIBERADO ATÉ MARÇO 2014 (Em R\$ mil)	VARIAÇÃO %	VARIAÇÃO (Em R\$ mil)
FNO	772.950	1.058.493	36,94	285.543
BNDES	7.864	118.688	1.409,34	110.824
OGU	185	410	121,84	225
ROB	11.124	28.960	160,33	17.836
CPR	14.993	27.701	84,76	12.708
Total	807.115	1.234.251	52,92	427.136

No 1º trimestre/2014, as contratações, apesar de estarem abaixo da meta programada no item “fomento contratação”, das principais fontes apresentam crescimento em relação ao igual período anterior, em 85% as operações com recursos do FNO; 132% as operações com recursos próprios obrigatórios (ROB) e utilização do *funding* dos recursos do BNDES com maior amplitude.

Com relação às liberações, houve avanços significativos em todas as fontes de recursos, destacando-se as operações com recursos do BNDES, no montante de R\$118,7 milhões. As liberações de operações com as fontes oriundas de ROB e poupança rural (CPR) também apresentaram avanços nos montantes de R\$29,0 milhões e R\$27,7 milhões, respectivamente.

- Micro e pequenas empresas:**

O apoio creditício às micro e pequenas empresas se constituiu como uma das prioridades para diversas ações do Banco da Amazônia, que vê neste segmento um importante propulsor da economia nacional e de grande importância na sua atuação na região Amazônica.

Nesta linha de atuação temos o Programa de crédito voltado exclusivamente para o segmento de micro e pequenas empresas não rurais, o FNO MPE que permite o financiamento de todos os itens necessários à implementação do plano ou projeto, máquinas, equipamentos, construção

Comentário do Desempenho



civil, inclusive com a possibilidade do financiamento também na aquisição de imóveis para localização ou realocação de empreendimentos com mais de 2 (dois) anos.

Há também duas linhas de crédito FNO Amazônia Giro MPE, voltada para compra de mercadorias, formação de estoque, todos os insumos necessários ao giro da empresa e o FNO MPE Reforma e Ampliação, com financiamento de até R\$300 mil e prazo de até 60 meses com até 6 meses de carência, em um processo simplificado de proposta e de análise.

No 1º trimestre de 2014, houve aplicação de R\$156,0 milhões, crescimento de 36,6% em comparação com o 1º trimestre de 2013.

Entre outras ações desenvolvidas pela Instituição em apoio ao segmento, destacam-se a participação do Banco da Amazônia no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em que o Banco contribui ativamente dos debates, alinhando com as demais instituições as ações, para o apoio creditício a este segmento e esforços conjuntos para proposição de medidas que visam a melhoria do atendimento. O Banco da Amazônia compõe atualmente dois comitês temáticos, de Investimento e Financiamento e o de Comércio exterior.

O Banco mantém parceria com o Serviço Brasileiro de apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Associação Comercial do Pará (ACP-PA) com realização de seminários de orientação e acesso ao crédito visando o fortalecimento do empresariado local, através de suporte creditício bem como palestras orientadoras sobre linhas de crédito.

Microempreendedor Individual

O Programa FNO MEI foi criado em julho de 2011, para conceder suporte creditício aos empreendedores Individuais formalizados. Este recurso financia investimentos fixos e capital de giro até o montante de R\$15 mil e R\$5 mil, respectivamente, sendo a primeira operação até a metade deste valor.

O Banco atua também através de parcerias com diversas entidades como a SAGRI (Secretaria de Agricultura) a Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí (Avabel) através de convênio.

A aplicação no 1º Trimestre/2014 atingiu o montante de R\$2,0 milhões, com atendimento a 351 empreendedores individuais.

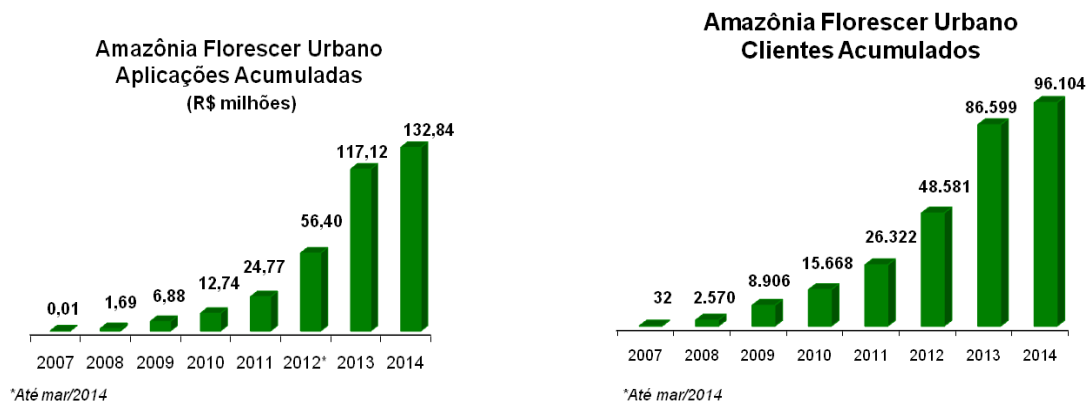
- **Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - AMAZÔNIA FLORESCER**

- ✓ **Microcrédito Urbano**

O programa Amazonia Florescer é o programa de microcrédito produtivo e orientado do Banco da Amazônia atuando na área urbana e rural. Na área urbana atende os microempreendedores informais e formais com renda bruta anual de até R\$120 mil. Na área rural atende os agricultores familiares enquadrados no microcrédito produtivo rural do Pronaf

Em seis anos de atuação, foram abertas 10 UMFs (Unidades de Microfinanças) urbanas, sendo sete localizadas no Pará (duas em Belém, Abaetetuba, Ananindeua, Castanhal, Marabá e Santarém), uma no Amazonas (Manaus), uma em Porto Velho (Rondônia) e uma em Rio Branco (Acre). Até março de 2014, essas unidades atenderam 96.104 clientes e aplicaram R\$132,8 milhões.

Comentário do Desempenho



✓ Microcrédito Rural

O Amazônia Florescer Rural iniciou suas atividades em outubro de 2009 no município de Castanhal (PA). O programa conta com a parceria da Amazoncred, que possui em seu quadro de pessoal, assessores de microfinanças rural, que atendem os agricultores em sua própria comunidade de forma ágil, simplificada e ainda elaboram a proposta simplificada de crédito.

Desde seu início, em outubro de 2009, o Amazônia Florescer Rural já beneficiou 15.706 agricultores familiares e aplicou um montante de R\$39,6 milhões. Atualmente o programa possui sete Unidades de atendimento, uma em Manaus-AM, uma em Macapá-AP e cinco no Pará. Todas atendem, além do município onde estão implantadas, outros municípios pertencentes à área de jurisdição da agência.

✓ Agricultura Familiar

O Banco da Amazônia, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade política, social, cultural e ambiental.

No Plano Safra 2013/2014, foram aplicados R\$506 mil, sendo atendidos 28.502 agricultores familiares.

Desempenho econômico-financeiro

• Ativos

O Banco da Amazônia encerrou o 1º trimestre/2014, com ativo total de R\$11.482,2 milhões, apresentando crescimento de 4,7% em relação ao 1º trimestre/2013 (R\$10.964,9 milhões no 1º trimestre/2013).

✓ Títulos e valores mobiliários (TVM)

A carteira de TVM permanece como o maior componente do ativo, representando 49,5% do ativo. Essa carteira encerrou o 1º trimestre/2014, com o montante de R\$5.688,7 milhões (R\$5.659,9 milhões no 1º trimestre/2013).

✓ Aplicações interfinanceiras de liquidez

Comentário do Desempenho



As aplicações financeiras de liquidez encerram o 1º trimestre/2014 com o montante de R\$1.540,5 milhões, tendo sua composição em aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros (R\$1.503,6 no 1º trimestre/2013).

✓ Carteira de operações de crédito

No 1º trimestre/2014, a carteira de crédito total exclusiva do Banco, encerrou com o montante de R\$2.635,9 milhões (R\$2.145,4 milhões no 1º trimestre/2013), crescimento de 22,9% em relação ao igual período anterior.

✓ Demais ativos

Os demais ativos estão representados pelas rubricas de Disponibilidades, Relações Interfinanceiras e Interdependências, Outros Créditos, outros Valores e Bens e o Permanente contribuindo com 14,1% para o ativo total (15,1% no 1º trimestre/2013).

• Passivo

✓ Carteira de depósitos

Carteira de depósitos encerrou o 1º trimestre/2014 com o montante de R\$3.393,2 milhões (R\$2.662,0 no 1º trimestre/2013). Desse total, 19,3% correspondem aos depósitos à vista, 63,5% aos depósitos a prazo e 16,6% aos depósitos de poupança.

✓ Recursos de repasses

As obrigações por repasses compostas por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), atingiram o montante de R\$539,2 milhões no 1º trimestre/2014 (R\$483,2 milhões no 1º trimestre/2013), tendo participação de 4,7% no total do passivo.

✓ Outras obrigações

○ Fundo constitucional de financiamento do norte (FNO)

Os recursos do FNO disponíveis encerraram o 1º trimestre/2014 com o montante de R\$3.242,1 milhões (R\$3.588,9 milhões no 1º trimestre/2013), contribuindo com 28,2% para o passivo total.

○ Passivos atuariais

A rubrica de passivos atuariais atingiu no 1º trimestre/2014 o montante de R\$478,6 milhões, para fazer face aos planos de benefícios aos empregados.

○ Obrigações diversas

As diversas obrigações estão constituídas pelas rubricas de Provisão para contingências, Obrigações por aquisição de bens e direitos, Provisão pagamentos a efetuar, Obrigações por convênios e outras, as quais contribuem em 18,1% para o total do passivo (22,0% no 1º trimestre/2013).

• Patrimônio Líquido (PL)

No 1º trimestre/2014, o PL ajustado totalizou R\$1.628,2 milhões (R\$1.612,3 milhões no 1º trimestre/2013), apresentando crescimento de 1,0% em relação ao igual período anterior.

Comentário do Desempenho



- **Resultado**

O lucro líquido no 1º trimestre/2014 atingiu R\$9,3 milhões (-R\$68,2 milhões no 1º trimestre/2013), apresentando rentabilidade anualizada de 2,3% sobre o patrimônio líquido. Contribuíram para a evolução do resultado do trimestre o crescimento das receitas de operações de crédito, com destaque para a recuperação de crédito em 198,2% em relação ao igual período anterior; das receitas de prestação de serviços e a redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira do Banco e do FNO.

Rede de atendimento

O Banco da Amazônia encerrou o 1º trimestre/2014 contando com 160 pontos de atendimento, dos quais 123 são agências; 3 são pontos de atendimento avançado (PAA); 4 são postos de atendimento bancário (PAB); e 30 são postos de atendimento bancário eletrônico (PAE).

Os pontos de atendimento contam com 416 terminais de autoatendimento, que transacionaram, no período, 723.674 operações, totalizando R\$515,6 milhões. Através do *Internet Banking*, 91.867 operações foram realizadas, resultando no total de R\$623,0 milhões. Além disso, o Banco disponibiliza seus serviços através das redes externas “Banco 24 Horas”, totalizando 24.533 operações, no valor de R\$9,1 milhões e cartão de débito *VISA Electron*, com 194.990 operações, no valor de R\$25,4 milhões.

Gestão de pessoas

- **Composição do quadro de pessoal**

O Banco encerrou o 1º trimestre/2014 contando com 3.759 colaboradores (3.702 no 1º trimestre/2013), sendo 3.199 empregados e 560 estagiários.

- **Qualidade de Vida:**

- ✓ **Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV)**

O programa qualidade de vida, por do meio do PRV, conta com suporte financeiro às unidades, para a realização de eventos como aniversariantes do mês, comemoração em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, os quais contribuíram para estreitar os relacionamentos nas unidades, valorizar as equipes e transformar o local de trabalho em um ambiente mais harmonioso. Abrangeu 3.175 empregados, sendo investido o montante de R\$98 mil no 1º trimestre/2014.

- ✓ **Programa de Ginástica Laboral**

O programa ginástica laboral, dentre outros benefícios, objetiva a prevenção às lesões e doenças provocadas por esforços repetitivos relacionadas ao trabalho (LER/DORT). No primeiro trimestre/2014, foram contempladas 67 unidades do Banco com o programa, beneficiando 1.153 empregados.

- ✓ **Clube do Conhecimento**

Programa criado para estimular o desenvolvimento cultural dos empregados e seus dependentes, estagiários e terceirizados, em parceria com a Biblioteca, cujo acervo vem sendo renovado anualmente. No 1º trimestre/2014, o clube alcançou a marca de 1.368 títulos disponíveis em seu acervo.

Comentário do Desempenho



✓ Saúde e Segurança do Trabalho

Em cumprimento a Norma Regulamentadora nº. 05 do Ministério do Trabalho, foi iniciado o processo eleitoral para a escolha dos representantes dos empregados junto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) Gestão 2014/2015.

Realizado processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina do trabalho para atender os empregados lotados nas unidades da grande Belém e contratação de empresa para fornecimento e distribuição de vacina contra a gripe.

✓ Programa Cuidando da sua Saúde

Visa sensibilizar e despertar a consciência dos empregados tanto para a prevenção de doenças ocupacionais e não ocupacionais. No 1º trimestre/2014, houve várias ações como distribuição de preservativos masculinos, por ocasião das festividades do carnaval às pessoas, no hall de entrada das unidades matriz e agência, entrega de folder informativo e participação de equipe da Secretaria de Saúde do Estado (Sespa), veiculação de mensagens, por meio de correio interno Outlook, no período alusivo ao dia de combate a dengue e dia mundial de combate a tuberculose.

✓ Programa de Valorização da Diversidade

Objetiva disseminar princípios e práticas de valorização às diferenças de gênero, raça; relacionadas aos portadores de necessidades especiais e as relações homoafetivas; de aceitação e reconhecimento do outro, combatendo o preconceito e a discriminação no ambiente de trabalho e no trato com os clientes do Banco.

✓ Programa de Assistência Social

- Empregados em Licença para tratamento de saúde (LTS)
- Readaptação ao Trabalho

Acompanhamento, apoio e orientação aos empregados no processo de recuperação de saúde e readaptação laboral. O processo conta com visitas domiciliares; atendimentos à família; reuniões com gestores articulação de recursos que atendam às demandas dos colaboradores; entre outras que se fizerem necessárias.

No 1º trimestre/2014, houve 91 empregados afastados por LTS, acima de 15 dias, apresentando decréscimo de 3% em relação ao igual período anterior.

• Treinamento

“O Banco capacita empregados em prol de melhores resultados”

Quando os empregados têm um ambiente de trabalho equipado com todo o suporte necessário, para o desenvolverem suas atividades, sem dúvida, seu desempenho é aprimorado.

No 1º trimestre/2014, o Banco investiu o montante de R\$1,8 milhões, em 118 eventos, com 3.852 participantes.

Destacam-se os programas de educação continuada/formação superior (PEC/PFS); gestão de pessoas e desenvolvimento gerencial; crédito; administrativo/organizacional; atendimento; controles, gestão de risco e desenvolvimento sustentável; tecnologia da informação.

Comentário do Desempenho



- **Concurso público**

“O Banco promove concurso público para técnico científico (TC)”

Em 12 de março de 2014, foi publicado o edital do concurso público do Banco. O certame será para o cargo de TC, com atuação nas áreas de medicina do trabalho e tecnologia da informação.

A Administração.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto Operacional
Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
Nota 7 - Carteira de Crédito
Nota 8 - Outros Créditos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
Nota 12 - Obrigações por Repasses
Nota 13 - Outras Obrigações
Nota 14 - Patrimônio Líquido
Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 22 - Partes Relacionadas
Nota 23 - Benefícios a Empregados
Nota 24 - Remuneração Paga aos Empregados
Nota 25 - Processo de Gerenciamento de Riscos
Nota 26 - Análise de Sensibilidade
Nota 27 - Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 28 – Outras Informações

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição financeira, organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *Internacional Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas Informações Trimestrais do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

As Informações Trimestrais – ITR foram aprovadas pela Administração em 23 de abril de 2014.

Informações para efeito de comparabilidade – Deliberação CVM nº 695/2012

As Informações Trimestrais referentes ao exercício findo em 31 de março de 2013, apresentadas para fins de comparação, estão sendo apresentadas de forma retrospectiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, em razão do pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, que alterou a forma de contabilização do ganho/perda atuarial para o Patrimônio Líquido.

A avaliação dos ajustes relativos aos saldos reapresentados não foi submetida à revisão de auditoria independente.

Demonstramos a seguir os saldos reapresentados:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL	31.03.2013		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outros Créditos/Diversos	671.770	263.961	935.731
Total do Ativo	10.700.934	263.961	10.964.895
Outras obrigações/Diversas	619.031	659.902	1.278.933
Patrimônio Líquido	2.008.283	(395.941)	1.612.342
Ajustes ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos	6.922	(343.878)	(336.956)
Lucros/Prejuízos Acumulados	(15.866)	(52.063)	(67.929)
Total do Passivo	10.700.934	263.961	10.964.895
Prejuízo/Lucro Líquido do Período	(16.100)	(52.063)	(68.163)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Acumulado 31.03.2013		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras Despesas Operacionais	(96.219)	(86.772)	(182.991)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.914)	34.709	(4.205)
- Ativo Fiscal Diferido – Imposto de Renda	(1.424)	21.693	20.269
- Ativo Fiscal Diferido – Contribuição Social	(854)	13.016	12.162
Prejuízo/Lucro Líquido do Período	(16.100)	(52.063)	(68.163)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	Exercício Findo em 31.12.2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(743)	(743)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.702	(46.456)	(33.754)
Patrimônio Líquido	2.030.163	(47.199)	1.982.964

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	Trimestre Findo em 31.03.2013		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Prejuízos/Lucros Acumulados	(15.866)	(35.454)	(51.320)
Ajustes de Avaliação Patrimonial – CVM 695	6.922	(304.344)	(297.422)
Patrimônio Líquido	2.008.283	(395.941)	1.612.342

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1º Trimestre 2013		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Insumos adquiridos de terceiros	(144.900)	(86.772)	(231.672)
- Outras	(96.219)	(86.772)	(182.991)
Impostos, Taxas e Contribuições	72.015	(34.709)	37.306
- Federais	70.113	(34.709)	35.404
Remuneração de Capitais Próprios	(16.100)	(52.063)	(68.163)
- Lucros Retidos do exercício	(16.100)	(52.063)	(68.163)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	1º Trimestre 2013		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ajuste resultado do período corrente – CVM 695	-	(52.063)	(52.063)
Prejuízo/Lucro líquido	(16.100)	(52.063)	(68.163)
Ajustes de ganhos e perdas atuariais - CVM 695	-	(343.878)	(343.878)
Despesas de provisões para passivos contingentes	31.191	86.772	117.963
Prejuízo/Lucro líquido ajustado	37.229	(309.169)	(271.940)
Outros créditos	47.915	(263.961)	(216.046)
Outras obrigações	(70.331)	573.130	502.799
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	421.793	309.169	730.962

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Acumulado 31.03.2013		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido Ajustado	(16.100)	(51.320)	(67.420)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(743)	(743)
Outros Resultados Abrangentes	(9.243)	(573.130)	(582.374)
- Ajustes Aval. Patrim. – Del.CVM 695	-	(573.130)	(573.130)
IR e CSLL s/ out. Lucros Abrangentes	3.697	229.252	232.949
- Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	-	229.252	229.252
Resultado Abrangente do Período	(21.646)	(395.941)	(417.587)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais Práticas Contábeis**a) Moeda Funcional**

As Informações Trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações. Os ativos não monetários permanecem registrados ao custo histórico.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (Nota nº 4).

d) Ativo e Passivo (Circulante e Longo Prazo)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata dia*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota nº 5).

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, do Bacen, e estão distribuídos em três categorias (Nota nº 6):

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição,

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de março de 2014 e 2013, o Banco da Amazônia S.A. não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre contrato de Câmbio e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). O Diferido é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido (Nota nº 9.c). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O intangível tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (Nota nº 9.d).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

k) Avaliação do Valor Recuperável

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

m) Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliadas trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação nº 695/2012 da CVM (nota nº 23).

Em 05.08.2010, foi implantado o PrevAmazônia, constituído na forma de contribuição definida, cujo risco atuarial e dos investidores são dos participantes, cabendo ao Banco registro dos custos somente pela contribuição referente ao período, não demandando portanto, nenhum cálculo atuarial para mensuração da obrigação ou da despesa, não existindo, também ganho ou perda atuarial.

Os planos de benefícios que eram ofertados pelo Banco até 31.12.2012 (Benefício Definido – BD e Misto) eram avaliados na forma da legislação vigente, tendo como resultado um déficit atuarial, onde o montante das obrigações atuariais ultrapassava o valor dos ativos deles, exigindo o registro de um passivo no Banco correspondente a 50% do déficit do plano de benefício definido.

Em 2013, ocorreu a implantação dos planos saldados, formados, em média, por 52% dos participantes, sendo determinada pela PREVIC a liquidação dos planos existentes em 31.12.2012, composto por 42% do público. Entretanto, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região – DF determinou, em 11.09.2013, a imediata suspensão da referida liquidação, ainda vigente.

Adoção Inicial da Deliberação CVM nº 695/2012 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

A CVM, através da Deliberação nº 695/2012, recepcionou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, cujas principais alterações foram: i) exclusão da possibilidade

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de utilização do método do corredor; ii) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). As remensurações do valor líquido de ativo ou passivo atuarial reconhecido contra ajustes de avaliação patrimonial não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente; iii) a despesa/receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto; iv) inclusão de novos requisitos de divulgação nas informações trimestrais; e v) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do pronunciamento, aplicável ao exercício iniciado a partir de 01.01.2013, apresentou os seguintes efeitos nas informações trimestrais:

Ajuste de avaliação patrimonial	(573.130)
- Efeitos fiscais	229.252
LPA – resultados anteriores	(86.772)
- Efeitos fiscais	34.709
Efeitos no Patrimônio Líquido	(395.941)

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota nº 15):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais.

Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Demonstrações de valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as informações trimestrais consolidadas encerradas em 31 de março de 2014.

r) Uso de Estimativas

A elaboração de informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.03.2014	31.12.2013
Disponibilidades	54.493	56.554
Disponibilidade em moeda nacional	39.842	49.178
Disponibilidade em moeda estrangeira	14.651	7.376
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.090.000	964.997
Aplicações no mercado aberto	1.090.000	964.997
TOTAL	1.144.493	1.021.551

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.03.2014	31.12.2013
Aplicações no mercado aberto	1.090.000	964.997
Posição Bancada	1.090.000	964.997
Letras Financeiras do Tesouro	50.001	49.999
Letras do Tesouro Nacional	1.039.999	864.999
Notas do Tesouro Nacional	-	49.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	450.458	241.878
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	486.725	278.145
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)
TOTAL	1.540.458	1.206.875

A composição do saldo das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez se apresenta no Ativo Circulante. A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 31.12.2013), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face à intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no trimestre R\$32.156 (R\$29.310 no 1º trim/2013), estão registradas como rendas de TVM.

6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.03.2014	31.12.2013
Carteira própria – livres	5.630.021	5.941.348
Títulos Públicos	4.012.150	4.357.270
Letras Financeiras do Tesouro	3.523.118	3.868.691
Notas do Tesouro Nacional	169.815	169.717
Certificados Financeiros do Tesouro	319.044	318.691
Títulos da Dívida Agrária	173	171
Títulos Privados	1.617.871	1.584.078
Debêntures	689.072	721.925
Cotas de Fundos de Investimento	159.772	166.347
Letras Financeiras	748.774	695.806
Certificados de Depósito Bancário	20.253	-
Vinculados a operações compromissadas	45.151	34.130
Títulos Públicos	45.151	34.130
Letras Financeiras do Tesouro	45.151	34.130
Vinculados a prestação de garantias	13.484	14.970
Títulos Públicos	13.484	14.970
Letras Financeiras do Tesouro	13.484	14.970
TOTAL	5.688.656	5.990.448
 Saldo de curto prazo	 1.911.613	 2.929.198
Saldo de longo prazo	3.777.043	3.061.250

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 71,6% do total da Carteira.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a) Quanto ao vencimento

	2014					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação ⁽¹⁾	-	-	42.288	595.908	-	638.196
Títulos Públicos	-	-	42.288	595.908	-	638.196
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	42.288	595.908	-	638.196
2-Títulos Disponíveis para venda	113.217	1.139.797	908.485	1.685.643	854.367	4.701.509
Títulos Públicos	2.092	891.334	112.572	1.311.935	785.958	3.103.891
Letras Financeiras do Tesouro	-	733.092	112.572	1.311.935	785.958	2.943.557
Notas do Tesouro Nacional	2.092	158.242	-	-	-	160.334
Títulos Privados	111.125	248.463	795.913	373.708	68.409	1.597.618
Debêntures	5.248	5.091	236.616	373.708	68.409	689.072
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC ⁽²⁾	5.593	19.977	33.918	-	-	59.488
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	100.284	-	-	-	-	100.284
Outros Títulos - LF	-	223.395	525.379	-	-	748.774
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	20.404	8.906	266	319.375	348.951
Títulos Públicos	-	151	8.906	266	319.375	328.698
Notas do Tesouro Nacional	-	65	8.819	266	331	9.481
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	319.044	319.044
Outros títulos públicos - TDA	-	86	87	-	-	173
Títulos Privados	-	20.253	-	-	-	20.253
Certificado de Depósito Bancário	-	20.253	-	-	-	20.253
TOTAL 31.03.2014	113.217	1.160.201	959.679	2.281.817	1.173.742	5.688.656
TOTAL 31.12.2013	1.575.627	730.392	873.459	2.294.627	516.343	5.990.448

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001;

(2) Valor líquido de provisão.

b) Quanto aos ajustes

	31.03.2014		31.12.2013	Ajustes	31.03.2014
	Custo	Mercado			
Para negociação	637.962	638.196	283	(49)	234
Letras Financeiras do Tesouro	637.962	638.196	283	(49)	234
Disponíveis para venda	4.704.123	4.701.509	692	(3.306)	(2.614)
Letras Financeiras do Tesouro	2.943.077	2.943.557	(1.037)	1.517	480
Notas do Tesouro Nacional	162.971	160.334	1.963	(4.600)	(2.637)
Debêntures	688.486	689.072	832	(246)	586
Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC	60.531	59.488	(1.066)	23	(1.043)
Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF	100.284	100.284	-	-	-
Outros Títulos Privados - LF	748.774	748.774	-	-	-
Mantidos até o vencimento	348.951	348.951	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	9.481	9.481	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	20.253	20.253	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro	319.044	319.044	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA	173	173	-	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$1.300 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$1.607 em 31.12.2013), para o qual foi constituída uma provisão no valor de R\$1.038 (R\$1.038 em 31.12.2013) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$59.634 (R\$44.624 em 31.12.2013).

Pela característica de emissão, os títulos do tipo NTN's são inegociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias.

Do total das CFT's, o montante de R\$305.879 (R\$305.541 em 31.12.2013) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$56.513 (R\$42.248 em 31.12.2013).

Os TDA's são títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações no mercado secundário.

No 1º trimestre de 2014, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no trimestre R\$182.187 (R\$126.760 no 1º trim/2013).

7. Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	31.03.2014			31.12.2013		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	923.438	51.955	975.393	964.397	51.392	1.015.789
Títulos descontados	20.745	2.077	22.822	22.928	2.541	25.469
Financiamentos	1.112.224	10.652	1.122.876	977.668	9.845	987.513
Financiamentos rurais	465.625	10.295	475.920	403.078	10.522	413.600
Subtotal	2.522.032	74.979	2.597.011	2.368.071	74.300	2.442.371
Outros créditos	1.998	-	1.998	3.025	37	3.062
Diversos	1.998	-	1.998	3.025	37	3.062
Subtotal	2.524.030	74.979	2.599.009	2.371.096	74.337	2.445.433
Adiantamento sobre contrato de câmbio	25.983	10.875	36.858	25.814	13.669	39.483
TOTAL DA CARTEIRA	2.550.013	85.854	2.635.867	2.396.910	88.006	2.484.916
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(34.314)	(43.439)	(77.753)	(31.310)	(39.778)	(71.088)
(Outros créditos)	(11)	-	(11)	(12)	-	(12)
(Câmbio)	(172)	(10.875)	(11.047)	(181)	(13.379)	(13.560)
TOTAL DAS PROVISÕES	(34.497)	(54.314)	(88.811)	(31.503)	(53.157)	(84.660)
TOTAL LÍQUIDO	2.515.516	31.540	2.547.056	2.365.407	34.849	2.400.256

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	306.340	17.368	42.309	44.900	51.869	88.589	551.375
A	652.866	334.690	57.441	381.685	183.332	66.969	1.676.983
B	163.636	6.163	19.985	9.037	12.823	37.904	249.548
C	4.970	329	101	565	2.520	4.774	13.259
D	1.072	95	76	602	42	44.608	46.495
E	3.174	20	32	127	2	8	3.363
F	80	-	-	28	48	-	156
G	319	174	-	-	103	7	603
H	3.141	596	4	1.572	366	2.552	8.231
TOTAL 31.03.2014	1.135.598	359.435	119.948	438.516	251.105	245.411	2.550.013
TOTAL 31.12.2013	1.416.811	138.009	44.230	336.431	247.735	213.694	2.396.910

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	8.750	1.957	-	-	-	-	10.707
C	253	6.977	1.289	506	-	-	9.025
D	260	2.005	4.437	1.347	-	-	8.049
E	43	65	294	2.110	520	-	3.032
F	378	89	143	2.344	523	-	3.477
G	125	12	164	2.842	456	-	3.599
H	1.360	467	372	1.645	41.825	2.296	47.965
TOTAL 31.03.2014	11.169	11.572	6.699	10.794	43.324	2.296	85.854
TOTAL 31.12.2013	11.355	10.459	6.635	26.098	31.638	1.821	88.006

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
31.03.2014	551.375	1.179.220	260.255	22.284	54.544	6.395	3.633	4.202	56.196	2.138.104
Setor privado										
Rural	239.152	196.621	22.778	5.028	1.486	564	941	1.007	9.148	476.725
Indústria	270.403	269.225	83.790	2.098	1.738	450	130	437	13.493	641.764
Comércio	23.130	388.299	127.082	5.833	3.898	3.209	1.075	840	20.976	574.342
Serviços	4.145	146.703	9.276	1.359	44.986	440	147	322	5.253	212.631
Pessoas físicas	14.545	178.372	17.329	7.966	2.436	1.732	1.340	1.596	7.326	232.642
Setor público	-	497.763	-	-	-	-	-	-	-	497.763
TOTAL DA CARTEIRA	551.375	1.676.983	260.255	22.284	54.544	6.395	3.633	4.202	56.196	2.635.867
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(8.385)	(2.603)	(669)	(5.454)	(10.746)	(1.817)	(2.941)	(56.196)	(88.811)
31.12.2013	522.342	1.714.650	102.289	20.381	54.346	5.756	6.314	11.238	47.600	2.484.916
TOTAL DA CARTEIRA										
Provisão requerida e constituída	-	(8.573)	(1.023)	(611)	(5.435)	(10.395)	(3.157)	(7.866)	(47.600)	(84.660)

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.03.2014	31.12.2013
Setor Público	497.763	503.032
Administração Direta	97.256	101.711
Administração Indireta	197.241	193.558
Atividades Empresariais	203.266	207.763
Setor Privado	2.138.104	1.981.884
Rural	476.725	414.377
Indústria	641.764	628.024
Comércio	574.342	485.858
Pessoas Físicas	232.634	237.129
Outros Serviços	212.639	216.496
TOTAL DA CARTEIRA	2.635.867	2.484.916

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação, no período de janeiro a março de 2014:

	31.03.2014	31.03.2013
SalDOS no início do período	(84.660)	(81.906)
Provisões constituídas	(14.077)	(27.641)
Valores baixados para prejuízo	9.924	12.892
Reversões	2	7
SalDOS no fim do período	(88.811)	(96.648)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$823.564 (R\$823.289 em 31.12.2013).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$14.291 (R\$4.792 no 1º trim/2013).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito:

	1º trim/2014	1º trim/2013
Empréstimos	38.226	37.847
Títulos descontados	1.552	1.245
Financiamentos	20.688	12.525
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.498	5.288
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	14.291	4.792
TOTAL	83.255	61.697

Concentração dos principais devedores:

	31.03.2014	% da Carteira	31.12.2013	% da Carteira
10 maiores devedores	1.201.513	45,6	1.201.509	48,3
50 maiores devedores seguintes	545.114	20,7	484.244	19,5
100 maiores devedores seguintes	219.811	8,3	160.944	6,5
Demais devedores seguintes	669.429	25,4	638.219	25,7
TOTAL	2.635.867	100,0	2.484.916	100,0

8. Outros Créditos

Os Outros Créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	31.03.2014	31.12.2013
Crédito tributário (nota nº 15.b)	902.839	892.823
Carteira de câmbio	26.974	28.013
Rendas a receber	48.193	52.687
Títulos e créditos a receber	34.097	36.216
Capaf	155.638	155.969
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(155.638)	(155.969)
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	12.392	14.511
Câmbio	10.875	13.376
Remuneração OGU	1.432	1.050
Diversos	85	85
Devedores por compra de valores e bens	1.998	3.062
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 28.d)	43.096	42.348
Recursos Fiscais	409	409
Recursos Trabalhistas	34.003	33.293
Recursos Cíveis	8.684	8.646
Devedores para apuração de responsabilidades	4.891	4.837
Impostos e contribuições a compensar	34	39
Pagamentos a ressarcir	22.813	22.291
Remissão de Dívidas – Lei 12.249/2010	13.321	13.321
Outros	9.492	8.970
Adiantamentos e antecipações salariais	8.310	216
Diversos	11.165	4.235
Provisão para outros créditos	(11.058)	(13.572)
TOTAL	1.093.352	1.073.195
Saldo de curto prazo	296.459	217.264
Saldo de longo prazo	796.893	855.931

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2005, o Banco possui registrado na rubrica “outros créditos” o montante de R\$155.638 (R\$155.969 em 31.12.2013), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2013) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”.

Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio totalizando R\$10.875 (R\$13.376 em 31.12.2013), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R\$1.432 (R\$1.050 em 31.12.2013) e créditos a receber diversos no valor de R\$85 (R\$85 em 31.12.2013).

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$4.891 (R\$4.837 em 31.12.2013), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

O Banco possui registrado na conta Pagamentos a ressarcir o valor de R\$13.321 (R\$13.321 em 31.12.2013) referente à remissão de operações de crédito rural do Pronaf B, contratadas até 31 de dezembro de 2004, com recursos do OGU, conforme a Lei 12.249/2010.

9. Permanente

	31.03.2014	31.12.2013
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267
b) Imobilizado de uso		
Móveis e equipamentos em estoque	1.487	967
Imobilizações em curso	25.006	27.314
Imóveis de uso	62.660	62.960
Terrenos	2.664	2.664
Reavaliações de terrenos	13.111	13.111
Edificações	45.293	44.756
Reavaliações de edificações	34.935	34.935
(-) Depreciação acumulada	(33.343)	(32.506)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	13.133	12.527
Instalações	334	307
Móveis e equipamentos de uso	41.025	39.876
(-) Depreciação acumulada	(28.226)	(27.656)
Outras imobilizações	20.143	21.925
Sistema de comunicação	1.388	1.373
Sistema de processamento de dados	75.787	75.777
Sistema de segurança	4.284	4.233
Sistema de transporte	304	304
(-) Depreciação acumulada	(61.620)	(59.762)
TOTAL	122.429	125.693

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Diferido

Gastos em imóveis de terceiros	5.658	5.658
SFH – descontos concedidos	44	44
Gastos com projetos logísticos	14.946	14.946
Instalação e adaptação de dependências	5.352	5.352
Reestruturação e modernização sistema operacional	15.035	15.035
(-) Amortização acumulada	(41.035)	(41.035)
TOTAL	-	-

d) Intangível ⁽¹⁾

Licenças de uso de software	18.164	18.041
Software desenvolvido e em desenvolvimento	164.500	165.555
(-) Amortização Acumulada	(66.742)	(62.658)
TOTAL	115.922	120.938

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo Permanente no trimestre está demonstrada abaixo:

	Saldo Inicial	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo Final
Investimentos	267	-	-	-	267
Imob. de uso	125.693	271	(7)	(3.528)	122.429
Intangível	120.938	100	(1.031)	(4.085)	115.922
TOTAL	246.898	371	(1.038)	(7.613)	238.618

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2014	31.12.2013
Limite para Imobilização	779.196	812.496
(-) Situação	(238.618)	(168.356)
Margem	540.578	644.140
Índice de imobilização	15,3%	10,4%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida revisão de cálculo da apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014.

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	31.03.2014					31.12.2013	
	À Vista	A Prazo	Outros	Poupança	Interf.	Total	Total
Curto Prazo	653.803	1.046.033	848.757	564.592	18.651	3.131.836	3.070.392
Sem Vencimento	653.803	-	-	-	18.651	672.454	779.415
Até 90 dias	-	337.896	843.749	564.592	-	1.746.237	1.659.408
De 91 a 360 dias	-	708.137	5.008	-	-	713.145	631.569
Longo Prazo	-	237.205	24.137	-	-	261.342	168.186
TOTAL	653.803	1.283.238	872.894	564.592	18.651	3.393.178	3.238.578

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Os depósitos especiais com remuneração, classificados como outros depósitos, totalizaram R\$872.810 (R\$795.271 em 31.12.2013) e estão distribuídos da seguinte forma:

	31.03.2014	31.12.2013
FAT (nota nº 20)	33.598	35.392
FRAP	-	533
Fider	224	220
Finam	108.243	105.828
Dep. Especiais Remunerados –Sudam	730.693	653.298
	52	-
TOTAL	872.810	795.271

Depósitos Especiais Remunerados – Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de Recursos Próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23/12/2002.

- c) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$44.996 (R\$34.002 em 31.12.2013), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 10,4% (8,2% em 31.12.2013) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

- d) Despesas de captações no mercado:

	1º trim/2014	1º trim/2013
Despesas de Captações com Depósitos	51.217	30.618
A prazo	25.937	11.085
Poupança	8.882	6.407
Especiais	14.823	11.946
Interfinanceiros	129	38
Demais captações	1.446	1.142
Despesas de Captações no Mercado Aberto	1.009	1.412
Carteira própria	1.009	1.412
TOTAL	52.226	32.030

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$35.268 (R\$32.247 em 31.12.2013), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,5% a.a. (1,5% a.a. em 31.12.2013) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2014			31.12.2013		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	6,8	3	27.933	6,8	3	29.674
BNDES Industrial	7,2	12	271.016	7,2	10	270.488
BNDES Rural	3,8	3	3.367	3,9	3	3.647
BNDES Comércio	6,0	7	13.892	6,1	4	12.041
BNDES Serviços	6,9	10	3.970	7,0	4	943
BNDES Gov Munic	7,0	1	71	7,0	1	94
Finame Industrial	18,2	7	13.225	10,5	7	8.082
Finame Rural	0,6	10	38.278	0,7	7	23.310
Finame Comércio	8,8	5	3.935	8,9	5	4.190
Finame Serviços	9,4	6	118.758	9,5	6	122.842
STN OGU	1,1	2	44.658	1,1	2	46.304
STN – Recoop	7,8	3	24	7,8	3	26
TOTAL			539.127			521.641
Curto Prazo			91.724			92.993
Longo Prazo			447.403			428.648

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	734	1.332	1.964	3.985	14.365	5.240	313	27.933
BNDES Industrial	1.504	4.401	1.149	13.902	35.112	30.745	184.203	271.016
BNDES Rural	-	180	121	876	2.010	92	88	3.367
BNDES Comércio	375	692	346	2.769	5.687	1.958	2.065	13.892
BNDES Serviços	24	152	5	492	1.250	806	1.241	3.970
BNDES Gov. Munic	8	16	8	39	-	-	-	71
Finame Industrial	65	196	67	686	3.511	3.412	5.288	13.225
Finame Rural	-	227	5	53	399	157	37.437	38.278
Finame Comércio	72	204	255	623	1.532	703	546	3.935
Finame Serviços	1.593	3.438	4.569	9.535	40.577	37.299	21.747	118.758
STN OGU	22.743	4.573	3.643	4.091	9.584	12	12	44.658
STN – Recoop	1	1	2	4	2	3	11	24
TOTAL 31.03.2014	27.119	15.412	12.134	37.055	114.029	80.427	252.951	539.127
TOTAL 31.12.2013	25.372	12.816	14.811	39.996	112.591	79.585	236.470	521.641

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$44.658 (R\$46.304 em 31.12.2013).

O total repassado pelo Tesouro no trimestre foi da ordem de R\$12.300 (R\$520 no 1º trim/2013). São remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No trimestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$21 (R\$5 no 1º trim/2013) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$383 (R\$462 no 1º trim/2013).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras Obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.03.2014	31.12.2013
Constitucional de Financ. do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	3.241.971	3.439.502
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	115.355	99.259
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	43.976	43.742
Outros	78	78
TOTAL	3.401.380	3.582.581

Saldo de curto prazo

3.290.895

3.488.328

Saldo de longo prazo

110.485

94.253

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (Nota nº19), não apresentando vencimento.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	1º trim/2014	1º trim/2013
Saldo no início do trimestre	3.401.407	3.561.108
Repasse do Tesouro Nacional	575.872	507.259
Remuneração das disponibilidades	77.664	56.998
Amortizações de operações de crédito	465.748	412.197
Liberações de operações de crédito	(1.071.379)	(766.570)
Despesas com taxa de administração	(124.570)	(112.479)
Outras despesas (<i>Del credere</i> e auditoria)	(94.912)	(79.240)
Saldo no final do trimestre	3.229.830	3.579.273

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	31.03.2014	31.12.2013
Provisão para passivos contingentes	1.596.451	1.541.961
Ações trabalhistas (nota nº 28.c)	32.516	36.312
Ações cíveis (nota nº 28.c)	35.757	35.090
Provisão – FNO (nota nº 19)	684.657	643.441
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 28.c)	9.972	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	83.385	79.632
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 23)	574.499	565.465
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 23)	148.150	146.258
Outras provisões operacionais	2.037	2.045
Outros	25.478	25.348
Obrigações por aquisição de bens e direitos	51.825	58.871
Provisão para pagamentos a efetuar	69.482	67.750
Obrigações por convênios oficiais	47	822
Demais	30.125	38.090
TOTAL	1.747.930	1.707.493
 Saldo de curto prazo	 517.313	 499.259
Saldo de longo prazo	1.230.617	1.208.234

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2014 o montante corresponde a R\$106.622 (R\$101.490 em 31.12.2013).

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de "Passivos Atuariais", que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do trimestre dos passivos atuariais:

	31.03.2014	31.12.2013
Fundo de Pensão de Benefício Definido	364.695	357.507
Capaf (nota nº 23)	326.348	321.686
Aposentados (nota nº 23)	38.347	35.821
Outros	113.861	106.371
Auxílio Saúde (nota nº 23)	113.861	106.371
TOTAL	478.556	463.878
Saldo de curto prazo	94.295	90.428
Saldo de longo prazo	384.261	373.450

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.03.2014	31.12.2013
De domiciliados no país	2.964.592.681	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	4.081	4.081
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste trimestre, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período de janeiro a março de 2014, estão assim resumidas:

	31.03.2014		31.03.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda (reapresentado)	Contribuição Social (reapresentado)
Lucro antes da tributação e participações	69.013	69.013	22.814	22.814
Participações Estatutárias	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Lucro antes do IRPJ e CSLL	69.013	69.013	-	-
Adições líquidas de caráter permanente	415	415	477	477
Adições líquidas de caráter temporário	99.596	99.596	69.526	69.526
Lucro tributável antes das compensações	169.024	169.024	92.439	92.439
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	25.354	25.354	13.866	13.866
Adicional de Imposto de Renda (10%)	16.896	-	9.238	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incentivos	(1.014)	-	(555)	-
Valores devidos	41.236	25.354	22.549	13.866
Realização Res. de Reavaliação e Diferido s/ MTM	(110)	(66)	145	76
Valores registrados em resultado antes da ativação	41.126	25.288	22.694	13.942
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(4.196)	(2.518)	(20.269)	(12.162)
Valores efetivamente registrados no resultado	36.930	22.770	2.425	1.780
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	53,5	33,0	10,8	7,9

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.03.2014	31.12.2013
Imposto de renda e contrib. social diferidos ativos – total (nota nº 8)	902.839	892.823

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.353/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Deliberação CVM nº 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Créditos tributários não ativados

No final do trimestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$171.115 (R\$138.009 em 31.12.2013), incluindo o crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto no valor de R\$91.614.

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de março de 2014, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	1º trim/2014	1º trim/2013
Administração de fundos e programas	122.377	106.595
FNO (nota nº 19)	119.214	103.741
Finam (nota nº 17)	2.744	2.315
FDA (nota nº 18)	35	-
Demais rendas	384	539
Outros serviços	4.579	3.489
Rendas de outros	4.579	3.489
Sub-total	126.956	110.084
Rendas de tarifas bancárias	29.600	23.959
Pessoa física	6.647	7.430

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pessoa jurídica	22.953	16.529
TOTAL	156.556	134.043

b) Despesas de pessoal

	1º trim/2014	1º trim/2013
Honorários	1.084	868
Benefícios	12.814	11.645
Encargos sociais	26.447	22.132
Proventos	58.345	67.153
Treinamento	1.761	2.749
Remuneração de estagiários	1.397	1.313
TOTAL	101.848	105.860

c) Outras despesas administrativas

	1º trim/2014	1º trim/2013
Água, energia e gás	2.005	1.937
Aluguéis	2.699	2.591
Processamento de dados	12.049	13.035
Comunicações	7.548	7.799
Manutenção e conservação de bens	2.022	2.252
Material	265	293
Serviços de terceiros	4.140	3.381
Vigilância e segurança	5.510	5.691
Serviços do sistema financeiro	3.639	3.623
Promoções e relações públicas	379	248
Propaganda e publicidade	698	976
Publicações oficiais	703	1.175
Serviços técnicos especializados	1.828	1.186
Transporte	3.334	4.370
Viagens	1.525	1.523
Depreciação	3.528	3.509
Amortização	4.084	3.477
Demais despesas administrativas	1.050	1.192
TOTAL	57.006	58.258

d) Despesas tributárias

	1º trim/2014	1º trim/2013
ISS	1.319	1.152
Cofins	15.183	12.175
PIS/Pasep	2.467	1.978
Demais tributos	1.248	916
TOTAL	20.217	16.221

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	1º trim/2014	1º trim/2013
Del credere – FNO (nota nº 19)	94.781	79.188
Demais rendas operacionais	29.010	26.756
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	12.149	11.994
Receita de variação de taxas do FMM	8.176	2.380

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de variação de taxa de câmbio	2.438	7.344
Recuperação de encargos e despesas	1.544	1.408
Rendas sobre depósito compulsório	1.785	1.124
Reversão provisões operacionais	29	180
Demais receitas	2.889	2.326
TOTAL	123.791	105.944

Outras despesas operacionais	1º trim/2014	1º trim/2013
Despesas de provisão – FNO (nota nº 19)	81.272	75.903
Atualização de benefícios pós-emprego	15.503	-
Despesas de fundos de investimento	2.744	1.009
Despesas de variação de taxa de câmbio	944	1.062
Passivos judiciais e legais	5.491	11.958
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	3.753	2.304
Despesas pós-emprego – assist./aux.saúde	2.498	86.772
Atualização de Planos Saldados	24.965	-
Despesas com TVM	651	-
Despesas de variação de taxa FMM	4.567	2.116
Demais despesas operacionais	1.674	1.867
TOTAL	144.062	182.991

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No trimestre, foi apropriado e recebido, como Receita de Prestação de Serviço, o valor de R\$2.744 (R\$2.315 no 1º trim/2013).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

O montante aplicado até 31.03.2014 é de R\$3.504.253 (R\$2.473.650 em 31.12.2013). No trimestre, foi recebido a título de taxa de administração R\$35 (não houve no 1º trim/2013). Quanto ao risco, a provisão é de R\$475 (R\$383 no 1º trim/2013), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, nessa nova modalidade, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do trimestre é de R\$43.976 (R\$43.742 em 31.12.2013).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º trim/2014	1º trim/2013
Taxa de administração	119.214	103.741
Del-credere	94.781	79.188
Recuperação de operações	12.149	11.994
Remuneração do disponível	(77.664)	(56.998)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(81.272)	(75.903)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$12.149 (R\$11.994 no 1º trim/2013) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica “Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”.

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta “Provisão para Passivos Contingentes”, cujo saldo acumulado é R\$684.657 (R\$643.441 em 31.12.2013).

No trimestre, o Banco procedeu à baixa de R\$32.002 (R\$28.109 no 1º trim/2013) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

Nível de Risco	31.03.2014		31.12.2013	
	Financiamentos	Provisão	Financiamentos	Provisão
AA	2.345.444	-	2.132.922	-
A	7.228.289	(18.005)	6.825.647	(17.064)
B	1.501.667	(7.455)	1.451.467	(7.257)
C	583.873	(8.403)	549.724	(8.244)
D	242.549	(12.358)	204.501	(10.225)
E	92.622	(17.027)	112.618	(16.889)
F	76.866	(19.632)	44.660	(11.165)
G	80.749	(29.598)	121.883	(42.659)
H	1.136.749	(572.179)	1.060.129	(529.938)
TOTAL	13.288.808	(684.657)	12.503.551	(643.441)

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido por um Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco, atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em “Depósitos Especiais com Remuneração”, do grupamento de “Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, n°s 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no trimestre, no montante de R\$2.114 (R\$1.954 no 1º trim/2013), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	31.03.2014		31.03.2013	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	428	31.254	338	26.908
Proger urbano		428	31.254	338	26.908
Disponível	TMS	26	2.344	66	3.218
Proger urbano		26	2.344	66	3.218
Principal		1.660	-	1.550	-
Proger urbano		1.660	-	1.550	-
TOTAL		2.114	33.598	1.954	30.126

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	31.03.2014		31.12.2013	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	3.395	10,1	4.778	13,5
De 31 a 90 dias	1.058	3,2	1.090	3,1
De 91 a 180 dias	1.623	4,8	1.658	4,7
De 181 a 360 dias	3.385	10,1	3.375	9,5
Mais de 1 ano	24.137	71,8	24.491	69,2
TOTAL	33.598	100,0	35.392	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT importa em R\$34.402 (R\$33.716 em 31.12.2013).

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente a área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica “Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”, cujo montante no trimestre é de R\$115.355 (R\$99.259 em 31.12.2013).

22. Partes relacionadas

Os honorários atribuídos, no trimestre, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2014	31.03.2013
Diretoria	890	728
Honorários	833	512
Ajuda de Custo	57	216
Conselho de Administração	59	43
Conselho Fiscal	37	32
Comitê de Auditoria	98	64
TOTAL	1.084	867

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	31.03.2014	31.03.2013
Diretoria	43.388,40	44.626,44
Conselho de Administração	3.259,65	3.032,20
Conselho Fiscal	3.088,85	2.675,47

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 23 (Benefícios a Empregados).

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no trimestre está demonstrado a seguir:

	1º trim/2014	1º trim/2013
Receitas de taxa de administração	122.377	106.595
Despesa de provisão FNO (risco compartilhado)	(81.272)	(75.903)
Despesas de contribuição patronal – Capaf	(2.423)	(617)
Atualização ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(42.966)	(86.772)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.03.2014	31.12.2013
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	33.598	35.392
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	539.127	521.641
Tesouro Nacional	44.682	46.330
BNDES	320.249	316.888
Finame	174.196	158.423
Outras Obrigações	3.357.326	3.538.761
Fundo constitucional do Norte – FNO (notas nº 13 e 19)	3.241.971	3.439.502

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundo da Marinha Mercante – FMM (notas nº 13 e 21)	115.355	99.259
TOTAL	3.930.051	4.095.794

23. Benefícios a empregados

Em razão da constante situação deficitária dos planos administrados (Benefício Definido – BD e Misto) pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf), ocasionando o descumprimento da legislação, o Banco ofertou aos participantes, ao longo dos anos, diversas propostas de solução, sendo a maioria rejeitada.

Com o agravamento da situação, que culminou com a exaustão dos recursos líquidos do Plano BD e na busca de solucionar o déficit, foi aprovada pela PREVIC, em 06.08.2010, os Regulamentos dos Planos Saldados, tendo sido possível a implantação dos mesmos em 08.02.2013 quando foi atingido o número de adesões de participantes que viabilizaram referidos planos.

Com a implantação dos Planos Saldados o Banco assumiu uma obrigação de R\$685.327, cujo valor de 31 de março de 2014 importa em R\$722.648, mediante a assinatura de 04 (quatro) contratos de compromisso financeiro para quitação em um prazo médio de 15 anos.

O Banco vem atualizando mensalmente os contratos existentes com a Capaf referentes aos planos saldados. A revisão anual referente à obrigação com esses planos somente será realizada após a Capaf concluir suas demonstrações financeiras do exercício de 2013.

Quanto aos planos de benefício definido e misto cuja liquidação decretada pela Previc encontra-se sustada em razão de determinação judicial, permanecendo o Banco a realizar o ajuste de sua obrigação trimestralmente, de acordo com as definições da Del.CVM 695/2012, reconhecendo 50% do déficit desses planos.

Considerando que apenas 52% dos participantes aderiram aos Planos Saldados, tendo os demais permanecido nos planos deficitários de Benefício Definido e Misto, a PREVIC, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013, decretou a liquidação extrajudicial dos mesmos.

Novamente as associações dos empregados do Banco, juntamente com a dos aposentados, impetraram ação judicial objetivando a suspensão do processo, tendo o pleito sido acatado pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região – DF, que em 11.09.2013, expediu liminar determinando a imediata suspensão da liquidação dos referidos planos. Tais liminares ainda se encontram em vigência.

A atualização da obrigação do Banco nos planos saldados, tomando por base a variação do INPC-IBGE e a taxa real de 5,75% a.a., conforme definido na IN-Previc nº 09, de 29.11.2012, foi de R\$24.965.

PLANOS LIQUIDADOS

Com a decretação do processo de liquidação extrajudicial dos planos de Benefício Definido (BD) e Misto, pela Previc, através das Portarias nºs 108 e 110, de 07.03.2013, a princípio, cessou a responsabilidade do Banco perante esses planos, gerando, no entanto, uma contingência provável em razão da obrigação como patrocinador.

A provisão que está sendo mantida, no montante de R\$326.348, corresponde a 50% do déficit, em razão do que estabelecem as Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 2001.

Os pagamentos realizados, que importaram em R\$7.838, correspondem ao cumprimento da decisão judicial que determinou ao Banco a complementação mensal dos recursos necessários para a folha de pagamento dos beneficiários do plano BD.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em razão da suspensão do processo de liquidação determinado pela justiça, o Banco voltou a repassar a contribuição patronal, que totalizou R\$761.

PREVAMAZÔNIA

Com a implantação do PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010, o Banco pagou, no trimestre, em forma de cota patronal o valor de R\$1.661.

O PrevAmazônia é um plano de contribuição definida oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997.

ASSISTIDOS

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiram ao plano saldado, passando a compor o quadro de Benefício Saldado.

No final do trimestre a obrigação do Banco junto a esses beneficiários correspondeu a R\$38.347.

AUXÍLIO SAÚDE

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

O valor dessa obrigação no final do trimestre importou em R\$113.861.

Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

Taxa de juros de desconto atuarial	12,8%	12,2%	13,3%	12,7%
Projeção de aumentos salariais	-	-	6,7%	12,0%
Projeção de aumentos reais dos benefícios	-	0,5%	-	-
Taxa de inflação	6,2%	5,8%	6,2%	5,8%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real dos custos de saúde	-	-	2,2%	2,2%

Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
12,8%	12,2%	13,3%	12,7%
-	-	6,7%	12,0%
-	0,5%	-	-
6,2%	5,8%	6,2%	5,8%
N/A	N/A	N/A	N/A
-	-	2,2%	2,2%

II – Demográficas

Taxa de rotatividade	1,0%	Nula	1,0%	Nula
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência aposentados	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A

Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
1,0%	Nula	1,0%	Nula
AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC
TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27
N/A	N/A	N/A	N/A

24. Remuneração Paga aos Empregados

a) Remuneração dos empregados (em R\$ unitários)

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$5.266,59

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(R\$4.818,69 em março/2013). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados correspondem a:

	31.03.2014		31.03.2013	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	18.836,79	1.789,38	17.441,47	1.649,20
Vencimento básico	3.357,42	1.112,93	3.108,72	1.030,49
Adicional por tempo de serviço	1.004,43	-	797,16	-
Adicional de função comissionada	3.887,40	-	3.599,45	-
Gratificação especial mensal	2.749,75	377,32	2.501,78	349,37
Complem. pessoal temp. adicional de função	7.837,79	-	7.434,36	-
Acordo de trabalho	-	299,13	-	269,34

25. Processo de Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos no âmbito do Banco da Amazônia tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da Instituição, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados, de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão de risco atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos.

No 1º trimestre de 2014, os índices de disponibilidade de recursos de curto prazo do Banco mantiveram-se acima de R\$ 3 milhões, bom nível de liquidez, considerando que grandes partes desses recursos são de títulos públicos de altíssima e alta liquidez, os quais, em 31/03/2014 representavam algo em torno de 73% do total da carteira de TVM, ou seja, aproximadamente R\$ 5,15 milhões.

O Banco também manteve no acumulado dos três meses do ano maior volume em operações compromissadas com posição doadora de recursos, mantendo assim, o perfil histórico da Instituição, o principal cliente no período foi o Banco BTG Pactual com mais de 100 operações.

Em março de 2014, o FNO, enquanto fonte histórica de haveres para Instituição, e considerando a janela de um ano, apresentou decréscimo na disponibilidade desses recursos de aproximadamente 7,7% (cerca de R\$ 272 mil), resultado do aumento da liberação desses recursos em relação ao volume de ingressos, ainda que, historicamente, o volume total de liberações não ultrapassa 10% do saldo inicial desse fundo.

b) Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito do Banco, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema. A solução já foi lançada em produção, com disponibilidade de acesso para as Gerências Executivas e publicação de relatórios na intranet do Banco para acesso pela rede de agências.

A solução passa periodicamente por atualizações de versão, resultantes principalmente de demandas legais (Bacen), e por melhorias de processos operacionais de seus módulos de negócios.

Foram iniciadas as ações de Gestão de Risco de Crédito, com a utilização dos dados da solução, detalhadas em cronograma de projeto, dentre as quais citamos: o estabelecimento de limites de diversificação por produto (carteira comercial) e setor; disponibilização mensal de relatórios gerenciais; acompanhamento de indicadores de desempenho e outros relacionados ao risco de crédito; etc.

2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Remodelagem de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nsº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. A consultoria entregou diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto, assim como os relatórios referentes aos novos modelos por segmento, além da remodelagem das operações de tesouraria e operações estruturadas, apetite a risco, e documentação final consolidando as informações. O projeto teve sua conclusão efetivada em 30 de setembro de 2013.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas e às exigências do acordo de Basileia II e da Resolução CMN nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

Com a conclusão desse processo, iniciam-se as ações para aquisição de um novo sistema de avaliação de risco de crédito para a Instituição, que irá abranger a avaliação de risco dos clientes e das operações, além de contemplar resultados e indicadores que dêem suporte a procedimentos como por exemplo, backtesting, testes de condições extremas, teste de sensibilidade, testes de relevância de variáveis e outros a serem realizados de forma periódica, com intuito de monitorar o poder preditivo dos modelos. Essa nova etapa tem previsão de implementação até dezembro/2014.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto encontra-se em desenvolvimento, estando em fase de parametrização e ajustes finais para adequação às peculiaridades dos sistemas de crédito. A previsão para entrada em produção do sistema integrado com o AmazonCad (Sistema de Cadastro) e customizado com inserção manual de informações de garantias dos outros sistemas de crédito é maio/2014. Os demais sistemas legados entrarão em processo de desenvolvimento de regras de integração, a partir de agosto de 2014.

c) Gestão de Risco de Mercado

A Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/Bacen nº 3.354/2007.

O Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco mantém alocação de 87,66% do valor de mercado (MtM) da sua carteira em papéis indexados à Selic e CDI. Em 31.03.2014, o baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.884, o que representa um percentual de 0,0372% do valor de mercado do total da carteira (R\$2.751 em 31.12.2013).

d) Índice da Basileia (limite operacional)

A partir de 01.10.2013, passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013 foi procedido o cálculo para apuração do PR, de acordo com as novas regras:

	31.03.2014	31.12.2013
		Financeiro
Patrimônio de Referência (PR)	1.558.393	1.624.994
PR Nível I	1.558.393	1.624.994
Capital Principal	1.558.393	1.624.994
Patrimônio Líquido	1.558.393	1.624.994
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.306.433	11.780.310
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	11.570.189	11.067.045
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	8.707	654
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	727.537	712.611
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	553.789	530.114
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	676.854	647.917
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.353.708	1.295.834
Parcela de risco de mercado (Rban)	1.356.087	1.298.402
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	1.004.603	1.094.879
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	881.539	977.076
Margem sobre o PR Mínimo Requerido	204.685	329.159
Margem sobre o PR Mínimo Requerido incluído R _{BAN}	202.305	326.591
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,7%	13,8%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,7%	13,8%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,7%	13,8%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento (análise de sensibilidade) de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia II.

As análises de sensibilidade são realizadas, rotineiramente, com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Março/2014 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	-	32.356	62.919
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	1.896	14.390	27.629
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	(13)	(524)	(1.048)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	1	487	941
Total		1.884	46.709	90.441

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 31 de março de 2014:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$2,26 e a taxa DI de 1 ano no nível de 10,55%a.a.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$2,83, e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,19%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$3,39 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 15,83% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de março de 2014. Os resultados ratificam o perfil conservador do Banco, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor em risco das posições detidas pela instituição, em que o maior resultado de exposição foi R\$ 90 milhões para um portfólio marcado a mercado de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Demonstração do resultado abrangente

	1º trim/2014	1º trim/2013
Lucro líquido ajustado Del. CVM nº 695/2012	9.313	(67.420)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(743)
Outros Resultados Abrangentes	(10.037)	(582.374)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(10.426)	(582.763)
Próprios – TVM Ajuste	(2.234)	(9.633)
Próprios – Delib. CVM nº 695/2012	(8.192)	(573.130)
Próprios – Planos Saldados	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	389	389
IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	3.919	232.950
Sobre a marcação a mercado	890	3.853
Sobre a realização da reserva	(155)	(155)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	3.184	229.252
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(6.118)	(349.424)
Resultado Abrangente do Período	3.195	(417.587)

28. Outras Informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.03.2014	31.12.2013
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	6.721.273	6.338.711
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	106.622	101.490
TOTAL	6.827.895	6.440.201

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$289.988 (R\$289.988 em 31.12.2013), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas – Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos/objetos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de março de 2014, foram interpostas contra o Banco 928 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$9.972

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(R\$8.370 em 31.12.2013). No trimestre, foram cumpridas 19 ações no valor de R\$1.141 (R\$7.116 em 31.12.2013).

Foi homologado pela administração do banco, o processo licitatório para contratação de consultoria empresarial que tem por principal escopo aperfeiçoar o modelo de gestão e atuação do departamento jurídico. Nessa consultoria serão revistos aspectos relativos à jornada de trabalho, ao plano de cargos e salários dos advogados, às ferramentas de gestão e aos critérios para tomada de diversas decisões no âmbito do jurídico e do Banco.

A movimentação da provisão no trimestre está abaixo especificada:

	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo Final
Trabalhista (Indenizações)	36.312	1.448	(5.244)	32.516
Cível/Fiscal	35.090	5.491	(4.824)	35.757
Fundos de Investimento	8.370	2.744	(1.142)	9.972

Atualmente, a metodologia criada como critério para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados:

	31.03.2014	31.12.2013
Demandas Trabalhistas	34.003	33.293
Demandas Fiscais	409	409
Demandas Cíveis	8.684	8.646
Total	43.096	42.348

Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$35.526 (R\$42.563 em 31.12.2013), com base no valor patrimonial da cota em 31 de março de 2014. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, o Banco é patrocinador da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), que se encontra sob intervenção extrajudicial desde outubro de 2011. A CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial contratada como assessor para reestruturação do "Plano de Benefícios Previdenciais (Plano BD)" e do "Plano Misto de Benefícios (Plano MB)", administrados pela CAPAF, propuseram aos participantes a interrupção da arrecadação de contribuições dos planos, com a manutenção dos benefícios proporcionais aos participantes e assistidos (saldamentos). Considerando que a mencionada proposta atingiu, aproximadamente, 52% de adesão dos participantes e assistidos, houve consenso entre Banco e CAPAF quanto à viabilidade do saldamento dos dois planos com efetiva vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Como consequência, o Banco assumiu, por meio de contratos de compromissos financeiros firmados com a CAPAF, uma obrigação de R\$ 685.327 mil em 1º de janeiro de 2013, cujo valor atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$ 722.648 mil, correspondentes aos benefícios dos participantes que aderiram ao saldamento. Com relação à parte remanescente e não saldada dos dois planos, a PREVIC decretou a liquidação extrajudicial de ambos os planos de benefícios, por meio da qual será organizado o quadro geral de credores e os ativos serão realizados contra os passivos, conforme determina o artigo 50 da Lei Complementar nº 109/2001. Entretanto, os referidos processos de liquidação dos planos foram suspensos por meio de mandado de segurança expedido pelo Tribunal Regional Federal do Distrito Federal. Nesse contexto, nossos procedimentos de auditoria revelaram as seguintes limitações de escopo em relação às provisões atuariais e provisões contingenciais, a saber:

Limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13 (c) e nº 23, o Banco possui registrado, em 31 de março de 2014, o montante de R\$ 326.348 mil (R\$ 321.686 mil em 31 de dezembro de 2013), que julga ser necessário para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes das diversas demandas judiciais contra a CAPAF e o Banco, imputadas pelos participantes e assistidos dos planos de benefícios. Entretanto, o Banco não dispõe de critérios e estudos formais de mensuração, reconhecimento e divulgação, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.823/09. O referido montante foi mensurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº 695/12, porém considerando a paridade contributiva de 50%, sem estudos individualizados por processos judiciais e, portanto, assumindo que os participantes e assistidos teriam capacidade e condições para arcar com 50% da obrigação atuarial. Conseqüentemente, considerando a ausência de estudos individualizados e o provisionamento parcial da paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas quando dos desfechos dos processos judiciais dos planos liquidados, bem como sobre a movimentação ocorrida no período de três meses findo em 31 de março de 2014 nas rubricas "Outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e na despesa com benefícios pós-emprego nos montantes de R\$4.776 mil e R\$18.002 mil, respectivamente (R\$2.358 mil e R\$5.032 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2013, respectivamente).

Limitação de escopo relacionada a ausência de reavaliações atuariais das obrigação pelo saldamento dos planos de benefícios previdenciários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, o Banco possui registrado, em 31 de março de 2014, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 722.648 mil, decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. Entretanto, conforme determinam os instrumentos de dívidas, assinados em março de 2013, anualmente, as possíveis alterações ocorridas nas condições dos participantes e dos assistidos deveriam ser analisadas por meio de avaliações atuariais específicas. Considerando que até a presente data não foram procedidas novas avaliações atuariais no sentido de revisar as condições inicialmente contratadas, não nos foi possível, nesse momento, determinar se havia necessidade de algum ajuste na

referida obrigação.

Limitação de escopo relacionada a ausência de auditoria dos valores reapresentados nos saldos comparativos
Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2. A avaliação desses ajustes não foi submetida à revisão de auditoria independente. Como consequência, não nos foi possível determinar se havia necessidade de eventuais ajustes nos referidos saldos reapresentados.

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfase

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos comparativos anteriores ora reapresentados

Outros auditores independentes foram contratados com o objetivo de revisar os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, exceto quanto aos valores reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2, e emitiram relatório datado em 10 de maio de 2013, com abstenção de opinião, em função dos assuntos relacionados aos benefícios pós-emprego do Banco e outros, a saber: i) limitação de escopo referente aos compromissos financeiros assumidos entre o Banco e a CAPAF advindos dos saldos dos planos, reconhecidos de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2013; ii) limitação de escopo referente à taxa de desconto utilizada não apurada de acordo com os requerimentos da Deliberação CVM 695/12, todavia para o período de três meses findo em 31 de março de 2014, a taxa de desconto utilizada demonstrou aderência em relação à taxa real de juros das Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs) de longo prazo; iii) ressalva do déficit atuarial do plano misto não registrado no montante de R\$ 67.543 mil, entretanto, para o período de três meses findo em 31 de março de 2014, o Banco já havia reconhecido sua dívida perante o referido plano por meio de contrato de compromisso financeiro; iv) ressalva em relação à valorização de determinados ativos mantidos até o vencimento no valor de R\$ 26.125 mil, todavia, para o período de três meses findo em 31 de março de 2014, não identificamos inconsistências relevantes nos critérios de avaliação dos referidos ativos; v) ressalva referente à adequação das obrigações atuariais pela adoção parcial de 50%, também mencionada por nós no parágrafo “limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos liquidados”; vi) limitação de escopo referente à realização de títulos e créditos a receber, no valor de R\$ 148.548 mil, que para os períodos subsequentes foram provisionados para perdas. Adicionalmente, o relatório incluía ênfase sobre a impossibilidade de mensurar o valor da contingência referente à parcela dos participantes que não aderiu ao saldamento e os efeitos sobre esse tema nas demonstrações financeiras e patrimônio de referência, também mencionado por nós no parágrafo “limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos liquidados”.

Brasília, 15 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2